



# MÉDICO PERITO PREVIDENCIÁRIO

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	11 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

**ATENÇÃO:** Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Sou o chão que se prende à tua casa.

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **50 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

CONCURSO PÚBLICO

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto 1 para responder às questões de 01 a 08.

### Texto 1

O muro de Berlin visto de baixo

Uma balada do poeta alemão Theodor Fontane (1819-1898) narra a história de um velho e generoso nobre, o sr. von Ribbeck. No pomar de von Ribbeck, na cidade de Ribbeck, havia uma pereira frondosa, cujos frutos maduros ele distribuía às crianças pobres, no outono. Dizem os versos de Fontane que o previdente velho, cujo herdeiro era um avaro, antes de morrer pediu para ser enterrado junto com uma pera.

O filho, conforme o velho von Ribbeck imaginara, deixou de distribuir as frutas do pomar, mas três anos depois da sua morte, a pera que com ele descera ao túmulo germinou para se transformar numa árvore, em meio ao cemitério. Os meninos e as meninas pobres, então, passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado.

A balada de Fontane foi o pretexto para o surgimento de um verdadeiro culto às pereiras em Ribbeck, a 40 km de distância de Berlim, no território da ex-Alemanha Oriental. Em 1990, depois da queda do Muro de Berlim, uma caravana de abastados alemães-ocidentais pôs-se a caminho da cidadezinha.

A bordo de seus reluzentes e possantes automóveis, que provocavam olhares arregalados nos camponeses locais, levavam uma muda de pereira para plantar na cidade. E como a provar que sua generosidade não se destinava, como a do velho nobre da balada de Fontane, só ao futuro, levavam também, para consumo imediato, centenas de litros de cerveja e sopa de ervilhas, quilos de salsichas, centenas de canetas esferográficas, e – por que não? – caixas e mais caixas de aguardente de pera, para distribuir aos camponeses pobres do Leste.

O momento de encontro entre os generosos e consumistas ocidentais e os orientais endurecidos pelas décadas de opressão do regime comunista é o pretexto para o escritor alemão Friedrich Christian Delius colocar-se na pele de um camponês de Ribbeck.

“As Peras de Ribbeck”, que acaba de ser lançado em versão portuguesa, é um longo monólogo anônimo. À maneira do poema de Fontane (que está na primeira página do livro), é também uma longa balada – só que em prosa. De um só fôlego vão se desenrolando, como numa anamnese psicanalítica, os infundáveis ciclos de opressão e de sofrimento a que este personagem anônimo, seus familiares, vizinhos e antepassados foram sujeitos ao longo dos últimos séculos.

O texto tem a monotonia das liturgias e o poder sugestivo do discurso oral. Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental, e deste à chegada dos abastados irmãos do Oeste, são

gerações de vítimas que desfilam, num dramático, porém sincero, rio de lamúrias.

Com tal passado nas costas, não espanta que as generosas oferendas dos ocidentais e as benesses prometidas pela sociedade de consumo sejam recebidas com grande desconfiança. E não surpreende que o personagem anônimo não possa conceber seu futuro senão como uma continuação da desastrosa sequência de sofrimentos das gerações passadas. Ao colocar monólogo na boca de um “eu” coletivo, polifônico, Delius retoma um recurso já usado pelos trágicos gregos: o coro, que tradicionalmente representa a voz do bom senso, da moderação, a vox populi.

O livro chega ao leitor brasileiro com atraso, quando muito do impacto dos acontecimentos nele registrados já se perdeu. Mas é uma obra literária que se autossustenta e não depende de “reforços” externos. Vem numa tradução de primeira qualidade, que proporciona ao leitor de língua portuguesa um excelente contato com a nova literatura alemã.

KRAUSZ, LUIS S. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs020329.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

### — QUESTÃO 01 —

Com base nas ideias desenvolvidas ao longo do texto, a palavra “balada” no primeiro parágrafo se refere contextualmente a

- (A) uma poesia narrativa de caráter épico que também apresenta traços da oralidade.
- (B) uma peça musical escrita que alterna partes declamadas lentamente.
- (C) um espaço dramático ambientado à noite, relacionado à dança e ao consumo de bebida alcoólica.
- (D) um relatório científico a respeito do comportamento humano em situação de vulnerabilidade.

### — QUESTÃO 02 —

Que fato confirma a qualificação de o sr. von Ribbeck como um homem previdente?

- (A) A distribuição de peras durante o outono.
- (B) A colheita das peras do cemitério por pessoas carentes.
- (C) A queda do Muro de Berlin.
- (D) A associação de seu nome à filantropia.

### — QUESTÃO 03 —

No trecho, “Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental”, no sétimo parágrafo, o emprego da crase está relacionado à delimitação

- (A) de fatos históricos.
- (B) dos espaços físicos.
- (C) de modos de realização.
- (D) do tempo cronológico.

— **QUESTÃO 04** —

A intertextualidade é um importante recurso de progressão temática do texto de Krausz e se estabelece através da

- (A) citação.
- (B) metonímia.
- (C) tradução.
- (D) paráfrase.

— **QUESTÃO 05** —

Quanto ao sentido, o enunciado “passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado”, no segundo parágrafo, auxilia na produção do efeito de

- (A) denúncia social.
- (B) desabafo político.
- (C) mistério.
- (D) alerta.

— **QUESTÃO 06** —

Segundo o texto 1, o texto de Delius se diferencia formalmente do texto de Fontane porque “As Peras de Ribbeck”

- (A) é uma espécie de sermão religioso.
- (B) foi escrito em prosa.
- (C) apresenta diálogos sem identificação.
- (D) foi escrito originalmente em língua portuguesa.

— **QUESTÃO 07** —

Na sequenciação das ideias no texto, a construção “e - por que não?”

- (A) introduz uma contraexpectativa.
- (B) recupera literalmente uma ideia anterior.
- (C) nega a informação seguinte.
- (D) resume todas as ideias do parágrafo.

— **QUESTÃO 08** —

Qual é a temática do texto de Delius?

- (A) A pronta generosidade dos alemães do Oeste.
- (B) A necessidade de se esquecer um passado de opressão.
- (C) A reunificação alemã do ponto de vista dos oprimidos.
- (D) A repetição dos fatos históricos ao longo do tempo.

Leia o texto 2 para responder à questão 09.

**Texto 2**



Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/album/2013/11/09/relembre-em-25-fotos-a-queda-do-muro-de-berlim.ht>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

— **QUESTÃO 09** —

Quanto à imagem retratada, o texto 2 apresenta a queda do muro de Berlim como uma

- (A) ação política, irresponsável e sem limites.
- (B) ação histórica decorrente da força física.
- (C) pequena fenda cuja transposição é impossível.
- (D) grande vitória, sem distinção de vencido ou vencedor.

Releia os textos 1 e 2 e responda à questão 10.

— **QUESTÃO 10** —

Qual importante consequência da queda do Muro de Berlim, tratada no texto 1, é enfatizada na imagem representada no texto 2?

- (A) A disseminação do capitalismo em toda a Alemanha.
- (B) A livre circulação de pessoas entre as áreas ocidental e oriental da capital alemã.
- (C) O conhecimento do passado de opressão vivido pelos alemães.
- (D) O predomínio da sociedade de consumo.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

### — QUESTÃO 11 —

Em consonância com o teor da Lei Complementar n. 010/2005, que dispõe sobre a adequação do Regime Próprio de Previdência Social de Aparecida de Goiânia, ocorre a perda da condição de segurado nas seguintes hipóteses:

- (A) falecimento; remoção; licença para fins particulares; interrupção do recolhimento das contribuições por 3 (três) meses consecutivos.
- (B) falecimento; recebimento de licença-saúde; exoneração após processo administrativo disciplinar; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (C) falecimento; exoneração ou demissão; cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (D) falecimento; redistribuição; cassação de aposentadoria; interrupção do recolhimento das contribuições.

### — QUESTÃO 12 —

Os segurados do APARECIDAPREV, elencados no art. 7 da Lei Complementar n. 014/2006, para efeitos do Plano de Custeio, serão subdivididos nos Grupos 1 e 2. O Grupo 2 será composto de

- (A) segurados ativos e seus dependentes, quando beneficiários de pensão, não referenciados no Grupo 1, que completarem os requisitos necessários para a entrada em gozo de benefício previdenciário a partir de 01/01/2017; bem como todos os segurados efetivados no Município que ingressarem após a entrada em vigor desta Lei.
- (B) segurados inativos e pensionistas atuais que estejam em gozo de benefícios previdenciários concedidos pelo Regime de Previdência dos Servidores do Município de Aparecida de Goiânia.
- (C) segurados ativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria e seus dependentes, que entrarem em gozo de pensão por morte até 31/12/2016.
- (D) segurados ativos e inativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria, independentemente de formalizarem o requerimento administrativo perante o órgão competente.

### — QUESTÃO 13 —

Conforme a Lei Complementar n. 011/2005, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que

- (A) modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (B) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro 1998.
- (C) modificar a remuneração dos servidores ativos, não sendo permitido estender aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (D) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 16 de dezembro 1998.

### — QUESTÃO 14 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia, a ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de

- (A) descentralização, eficiência e produtividade.
- (B) descentralização, isonomia e razoabilidade.
- (C) descentralização, regionalização e participação popular.
- (D) isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

### — QUESTÃO 15 —

A Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia relaciona os tributos de competência municipal no art. 86. Dentre os tributos arrolados no referido artigo, tem-se:

- (A) a contribuição social sobre o lucro líquido, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência.
- (B) a contribuição previdenciária, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.
- (C) a contribuição social para financiamento da seguridade social, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência e assistência.
- (D) o programa de integração social e o programa de formação do patrimônio do servidor público, cobrados de seus servidores para o custeio do sistema de previdência.

**— QUESTÃO 16 —**

De acordo com o art. 78, parágrafo 9 da Lei Complementar n. 10/2005, alterado pela Lei Complementar n. 22/2009, o Plano de Custeio do APARECIDAPREV será revisto, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, periodicamente, a cada

- (A) trimestre.
- (B) bimestre.
- (C) semestre.
- (D) ano.

**— QUESTÃO 17 —**

O Decreto n. 221/2016 alterou o art. 80 da Lei Complementar n. 10/2005 no que tange às alíquotas de contribuições previdenciárias. Conforme a mencionada alteração, a alíquota contributiva previdenciária total deverá ser de

- (A) 22,50%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (B) 22,50%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.
- (C) 22,00%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (D) 23,00%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.

**— QUESTÃO 18 —**

Em observância ao teor do Decreto n. 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas, o autuado poderá apresentar defesa à Secretaria de Previdência Complementar, contado da data do recebimento da notificação, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.

**— QUESTÃO 19 —**

O Decreto n. 4.942/2003 estabelece que a autoridade competente para julgar o auto de infração é o Secretário de Previdência Complementar. Conforme teor do referido decreto, a decisão-notificação trata-se de

- (A) documento destinado ao registro de ocorrência de infração praticada no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (B) instrumento utilizado por qualquer pessoa física ou jurídica para noticiar, perante a Secretaria de Previdência Complementar, a existência de suspeita de infração às disposições legais ou disciplinadoras das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) documento pelo qual uma autoridade ou órgão do poder público, ao tomar ciência de irregularidade praticada no âmbito da entidade fechada de previdência complementar ou de seus planos de benefícios, comunica o fato à Secretaria de Previdência Complementar em relatório circunstanciado, para registro e apuração.
- (D) documento pelo qual se dá ciência ao autuado do resultado do julgamento do auto de infração.

**— QUESTÃO 20 —**

O conceito doutrinário de dependência econômica previdenciária enuncia como dependente aquele que vivia às expensas do segurado. Além do referido conceito, sabe-se que, para ser considerado dependente econômico, o sujeito deve estar inserido no rol da legislação específica. No art. 9, parágrafo 9, da Lei Complementar n. 10/2005 tem-se como presumida a dependência econômica

- (A) dos irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (B) do cônjuge, da companheira ou companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.
- (C) dos pais, irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (D) do cônjuge, dos pais e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.

## MÉDICO PERITO PREVIDENCIÁRIO

### Legislação SST/SUS/PAS

#### — QUESTÃO 21 —

Com relação à exposição ocupacional ao calor, a Norma Regulamentadora n. 15 (NR 15) da Portaria/MTb n. 3214/1978 considera que:

- (A) o direito ao adicional de insalubridade, por exposição ao calor, pode ocorrer em trabalhos em ambientes internos ou externos, sem carga solar, e em ambientes externos, com carga solar.
- (B) a exposição ao calor deve ser avaliada através do "Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo" (IBUTG) e, para a avaliação quantitativa do IBUTG, em ambientes internos sem carga solar utiliza-se também o termômetro de mercúrio comum.
- (C) o trabalho sentado, com movimentos vigorosos com braços e pernas, é considerado trabalho pesado, no Quadro n. 3 – Taxas de Metabolismo por Tipo de Atividade.
- (D) o limite de tolerância para exposição ao calor, regime de trabalho contínuo, tipo de atividade leve é de até 28 °C.

#### — QUESTÃO 22 —

Qual é o conteúdo correlacionado à Portaria GM/MS n. 3.908/1998?

- (A) O Secretário de Assistência à Saúde resolve aprovar as normas para o Cadastramento e Habilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.
- (B) O Secretário de Assistência à Saúde resolve incluir na Tabela de Serviço/Classificação de Serviço do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) códigos de Atenção à Saúde do Trabalhador.
- (C) A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) tem, dentre seus objetivos, o fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde.
- (D) A revisão dos Códigos de Saúde, para contemplar as ações de saúde do trabalhador, é recomendada aos estados e municípios.

#### — QUESTÃO 23 —

Consta na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que:

- (A) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente é de 50 kg (cinquenta quilogramas), ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.
- (B) os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados sempre que os sinais ou sintomas de fadiga se manifestarem no trabalhador, quando o trabalho deva ser executado de pé.
- (C) os locais de trabalho deverão ter, no mínimo, 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto.
- (D) a hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

#### — QUESTÃO 24 —

A Norma Regulamentadora n. 32 (NR 32) da Portaria/MTb n. 3214/1978, que trata da Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, considera que:

- (A) deve constar do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) o tratamento médico de emergência para os trabalhadores que têm a possibilidade de exposição acidental aos agentes biológicos.
- (B) é permitida a reutilização das embalagens dos produtos químicos usados em serviços de saúde desde que prevista e detalhada no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- (C) é pré-requisito para a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), em acidentes envolvendo riscos biológicos, a confirmação da contaminação por micro-organismos infecto-contagiosos e o estabelecimento donexo causal com o trabalho.
- (D) consta da classificação dos agentes biológicos (Anexo I e II da NR 32) o vírus da febre amarela, na Classe de Risco 2 (dois), assim definido: "risco individual moderado para o trabalhador e com baixa probabilidade de disseminação para a coletividade".

**— QUESTÃO 25 —**

Consta da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA):

- (A) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é considerado órgão consultivo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- (B) uma das definições de poluição é: "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que diretamente afetam as condições naturais do meio ambiente".
- (C) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- (D) as usinas de produção de concreto e de asfalto são consideradas de médio potencial poluidor.

**— QUESTÃO 26 —**

Com relação às Normas Regulamentadoras (NR) (Portaria/MTb n. 3.214/1978) sabe-se que:

- (A) na NR 35 (Trabalho em Altura) consta o conceito de trabalho em altura como "toda atividade executada acima de um metro e cinquenta centímetros do nível inferior, onde haja risco de queda".
- (B) na NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) consta o conceito de grua como "equipamento pesado utilizado no transporte horizontal e vertical de materiais".
- (C) na NR 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA) consta que é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos empregados membros da CIPA.
- (D) na NR 4 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT) consta que o técnico de segurança do trabalho deverá dedicar seis horas por dia para as atividades do SESMT.

**— QUESTÃO 27 —**

Quanto à Periculosidade, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considera-se que:

- (A) as atividades de exposição permanente do trabalhador em motocicleta são consideradas perigosas.
- (B) o direito do empregado ao adicional de periculosidade cessará com o controle do risco à sua saúde ou integridade física.
- (C) a exposição do trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais são consideradas atividades ou operações perigosas.
- (D) o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 40% (quarenta por cento) sobre o salário.

**— QUESTÃO 28 —**

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) considera devido ao segurado o Auxílio Acidente:

- (A) o auxílio mensal corresponderá a 25% (vinte e cinco) do salário de benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado.
- (B) o segurado que apresentar danos funcionais ou redução da capacidade funcional, sem repercussão na capacidade laborativa, não fará jus a esse auxílio.
- (C) o auxílio será concedido ao segurado empregado, empregado doméstico e segurado especial quando, após a consolidação das lesões, resultar sequela.
- (D) a perda da audição proporcionará a concessão desse auxílio, se reconhecido o nexo entre o trabalho e o agravo.

**— QUESTÃO 29 —**

A Lei n. 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, sobre a doença profissional e a doença do trabalho, estabelece o seguinte:

- (A) a doença profissional e a doença do trabalho são consideradas como acidente de trabalho.
- (B) a doença profissional, assim entendida, é a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.
- (C) a doença que não produza incapacidade laborativa não é considerada doença profissional.
- (D) a doença do trabalho, assim entendida, é a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade.

**— QUESTÃO 30 —**

A concessão da aposentadoria especial (A. E.) dependerá da comprovação da exposição do segurado aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício, de acordo com a legislação previdenciária vigente, que regulamenta a atividade especial. Nesse contexto, a A. E.:

- (A) por atividade profissional, foi extinta em 28 de abril de 1985.
- (B) no caso de associação de agentes, refere-se, exclusivamente, à exposição aos agentes combinados em atividades permanentes no subsolo de mineração subterrânea.
- (C) no caso de exposição a radiações não ionizantes, atualmente, dá o direito à percepção do benefício.
- (D) para caracterização de tempo especial na exposição ao ruído, atualmente a avaliação deve utilizar a Norma de Higiene Ocupacional 06 (NHO 06) da Fundacentro.

## MÉDICO PERITO PREVIDENCIÁRIO

### Medicina Geral e Medicina do Trabalho

#### — QUESTÃO 31 —

Segundo a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, publicada pelo Ministério da Saúde (Portaria/MS n. 1.339/1999), qual é o agente etiológico ou fator de risco de natureza ocupacional que pode causar neoplasia maligna do pâncreas?

- (A) Indústria do alumínio (fundições).
- (B) Poeiras da indústria do couro.
- (C) Neblinas de óleos minerais (óleo de corte).
- (D) Hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos na indústria do petróleo.

#### — QUESTÃO 32 —

A cegueira é uma doença especificada em lei cujo conceito ou abordagem da perícia oficial em saúde do servidor, relacionado a essa doença, é:

- (A) a perda total de visão nos dois olhos, sem percepção luminosa, determinada por afecção crônica, progressiva e irreversível, com base em parecer especializado é a definição de cegueira legal.
- (B) a isenção de imposto de renda deve ser reconhecida em favor do "gênero patológico" "cegueira", seja ele monocular, seja binocular, desde que constatada por perícia médica oficial.
- (C) a cegueira legal, cegueira total e amaurose são sinônimos.
- (D) os graus de perda parcial da visão são classificados de I (um) a III (três) na escala de Snellen.

#### — QUESTÃO 33 —

Com relação ao agravo à saúde por exposição à poeira de sílica, tem-se que:

- (A) a silicose é uma doença que tem o trabalho como fator contributivo.
- (B) o mesotelioma maligno da pleura tem uma relação etiológica com a exposição à poeira de sílica livre cristalizada.
- (C) a neoplasia maligna da laringe, dos brônquios e do pulmão tem uma relação etiológica com a exposição à poeira de sílica.
- (D) a exposição à poeira de sílica pode ser fator de risco, de natureza ocupacional, para a síndrome de Caplan.

#### — QUESTÃO 34 —

A perda auditiva, por exposição continuada a níveis elevados de pressão sonora no trabalho, é uma doença frequente nos trabalhadores de vários ramos profissionais, sendo que essa doença

- (A) pode ser diagnosticada por meio de exame audiométrico, após um período mínimo de 12 (doze) horas de repouso auditivo, segundo a Norma Regulamentadora 7 do Ministério do Trabalho (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO).
- (B) pode ser definida pela audiometria, como alterações dos limiares auditivos, do tipo sensorioneural, com acometimento inicial em uma ou mais frequências da faixa de 500 (quinhentos) Hertz a 2.000 (dois mil) Hertz.
- (C) pode ser agravada em trabalhadores que apresentem descompensações metabólicas, dentre as quais se destacam o diabetes mellitus, o hipotireoidismo e o hipertireoidismo.
- (D) por isso, é indicativa de inaptidão para o trabalho, por ser uma doença irreversível.

#### — QUESTÃO 35 —

A Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH) publicada pela Portaria Interministerial MPS/MTE/MS n. 09/2014 é baseada na lista de agentes cancerígenos da Agência Internacional para a Investigação do Câncer (IARC), da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os agentes cancerígenos de que trata a LINACH são classificados de acordo com os seguintes grupos: 1 (carcinogênicos para humanos), 2A (provavelmente carcinogênicos para humanos) e 2B (possivelmente carcinogênicos para humanos). Pertence ao grupo 1 (um) o agente

- (A) benzeno.
- (B) fenobarbital.
- (C) negro de fumo.
- (D) creosoto.



**— QUESTÃO 36 —**

Sobre ética profissional na perícia oficial em saúde (POS) considera-se que:

- (A) a assinatura de laudos periciais falsos constitui crime previsto no Código Civil, além de infração ética grave.
- (B) o perito oficial em saúde pode participar de ato pericial, em junta médica oficial, se for parte interessada.
- (C) a POS está a serviço de interesses sociais, seja para assegurar o exercício dos direitos do servidor, seja para defender a Administração Pública, além de dar respaldo às decisões administrativas.
- (D) o perito oficial em saúde deve guardar sigilo absoluto, em qualquer circunstância, a respeito das informações de que detenha conhecimento no desempenho de suas funções.

**— QUESTÃO 37 —**

A doença de Parkinson é uma moléstia grave ou incapacitante especificada em lei. O conceito ou abordagem da perícia oficial em saúde do servidor, relacionado a essa doença, é:

- (A) o "sinal da roda dentada" é um sinal clínico dessa doença, que não se manifesta na síndrome de Parkinson ou parkinsonismo secundário.
- (B) a tabela de Webster é utilizada para avaliação dessa doença e, no total da análise de pontos, é considerada doença grave ou avançada se o avaliado tiver pontuação de 21 (vinte e um) a 30 (trinta).
- (C) essa doença é um distúrbio degenerativo do sistema nervoso central, idiopático, lentamente progressivo, decorrente de um comprometimento do sistema nervoso piramidal, identificável por uma série de manifestações clínicas.
- (D) a aposentadoria por invalidez está indicada, com base na pontuação da tabela de Webster, a todos os portadores que apresentarem incapacidade moderada ou doença grave ou avançada.

**— QUESTÃO 38 —**

O Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional (RP) do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) considera que:

- (A) a escolaridade a partir do nível médio, mesmo que incompleto, é um critério de encaminhamento do segurado para o cumprimento do Programa de RP.
- (B) o perito do INSS deve encaminhar para o cumprimento do Programa de RP todo segurado que se enquadre na legislação de Pessoa com Deficiência.
- (C) o Certificado de RP e a reserva de vagas da Lei de Cotas são devidos ao segurado que, embora não tenha trocado de função, tiver alteração de algumas atividades ou atribuições, em razão da sua limitação física.
- (D) a solicitação de exames e pareceres especializados, inclusive quanto à necessidade de utilização de órtese, prótese ou meios auxiliares de locomoção, é uma das atribuições do perito médico da RP.

**— QUESTÃO 39 —**

Qual medida de controle dos fatores de risco, na perspectiva da higiene do trabalho e da ergonomia, deve ser implantada em primeiro lugar, se isso for possível, no contexto laboral do trabalhador?

- (A) Bloquear as vias de entrada no organismo: respiratória, pele, boca e ouvidos, para impedir que um agente nocivo atinja um órgão crítico, causando lesão.
- (B) Evitar que um agente potencialmente perigoso ou tóxico para a saúde seja utilizado, formado ou liberado.
- (C) Conter um agente potencialmente perigoso ou tóxico para a saúde, de tal forma que não se propague para o ambiente.
- (D) Isolar um agente potencialmente perigoso ou tóxico para a saúde ou diluí-lo no ambiente de trabalho.

**— QUESTÃO 40 —**

A Portaria GM/MS n. 204/2016 define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Constam desta lista:

- (A) as lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT).
- (B) as pneumoconioses relacionadas ao trabalho.
- (C) as dermatoses ocupacionais.
- (D) os acidentes de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes.

**— QUESTÃO 41 —**

À perícia oficial em saúde caberá a avaliação para isenção de imposto de renda sobre rendimentos de aposentadoria ou pensão de pessoa física. Faz jus à isenção de imposto de renda, de acordo com a legislação específica, o seguinte agravo à saúde:

- (A) alienação mental.
- (B) leishmaniose cutâneo-mucosa.
- (C) tendinite calcificante do ombro.
- (D) agranulocitose.

**— QUESTÃO 42 —**

As dermatites de contato (alérgicas ou por irritantes) são as dermatoses ocupacionais mais frequentes. Com relação às dermatites de contato, sabe-se que:

- (A) a sensibilização prévia não é necessária nas dermatites de contato por irritantes, ao contrário das dermatites de contato alérgicas.
- (B) as dermatites alérgicas de contato relacionadas ao trabalho, enquadradas nos Grupos I (um) ou II (dois) da Classificação de Schilling, constam da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde – Portaria/MS n. 1.339/1999.
- (C) os testes epicutâneos ou patch test estão indicados para o diagnóstico das dermatites alérgicas de contato e das dermatites de contato por irritantes.
- (D) a dermatite de contato irritativa, aguda ou acidental, é mais frequente que a cumulativa.

**— QUESTÃO 43 —**

De acordo com a Diretriz Brasileira de Cardiopatia Grave da Sociedade Brasileira de Cardiologia, sabe-se que:

- (A) a definição de cardiopatia grave na doença hipertensiva depende exclusivamente dos níveis tensionais; se houver comprometimento de órgãos-alvo será considerada uma cardiopatia hipertensiva complicada.
- (B) a cardiopatia isquêmica pode manifestar-se em sua forma aguda como infarto agudo do miocárdio ou angina instável, e a cardiopatia isquêmica crônica como angina estável.
- (C) o cor pulmonale crônico tem como achado eletrocardiográfico os sinais de sobrecarga importante de câmaras esquerdas.
- (D) a avaliação da capacidade funcional do coração permite a distribuição dos pacientes em classes ou graus, sendo o grau II (dois): pacientes portadores de doença cardíaca com nítida limitação da atividade física, com sintomas clínicos aos pequenos esforços.

**— QUESTÃO 44 —**

De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, sabe-se que:

- (A) o servidor que adoecer, e submeter-se a tratamento de saúde durante o gozo de férias, terá suas férias interrompidas e remarcadas posteriormente, desde que se submeta à avaliação da perícia oficial em saúde que confirme a necessidade do repouso.
- (B) a alienação mental do servidor, para o direito à aposentadoria por invalidez, exige a apresentação de um laudo pericial oficial e de um documento legal da interdição, com a nomeação de um curador.
- (C) a homologação de atestados considera desnecessária a inspeção pericial presencial, se o servidor ficar afastado por até 7 (sete) dias consecutivos.
- (D) a perícia oficial em saúde poderá determinar a reavaliação do servidor, antes da data prevista para o retorno ao trabalho, quando julgar necessário.

**— QUESTÃO 45 —**

A perícia oficial em saúde (POS) é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do periciado, por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado. De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, a POS do servidor

- (A) pode ser realizada por 1 (um) perito ou por junta oficial em saúde, composta de 2 (dois) médicos ou 2 (dois) cirurgiões-dentistas legalmente designados.
- (B) deve avaliar a isenção de imposto de renda, sendo o direito exclusivo aos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão e, no caso de pensionista, exclui-se a moléstia profissional e o acidente em serviço.
- (C) deve realizar avaliação para constatação de invalidez de filho, enteado, irmão ou pais e constatação de deficiência intelectual ou mental de filho, enteado, irmão ou pais, para fins de pensão.
- (D) é de competência da junta oficial em saúde a perícia inicial, para concessão de licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional.

**— QUESTÃO 46 —**

Com relação aos transtornos mentais e comportamentais discriminados, sabe-se que:

- (A) a relação do trabalho com o transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores orgânicos está vinculada ao trabalho em turnos ou trabalho noturno e às circunstâncias adversas relativas aos ambientes e processos de trabalho.
- (B) os episódios depressivos devem ser classificados nas modalidades: leve, moderada, grave sem sintomas psicóticos e leve, moderada, grave, com sintomas psicóticos.
- (C) o alcoolismo crônico, caracterizado como síndrome de dependência do álcool, está associado ao desenvolvimento de outros transtornos mentais, a saber: delirium, demência, transtornos amnésico, psicótico, do humor, de ansiedade, do sono e disfunção sexual.
- (D) o estado de estresse pós-traumático caracteriza-se como uma resposta imediata a um evento ou uma situação estressante de natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica.

**— QUESTÃO 47 —**

A aposentadoria por invalidez deve ser indicada quando o trabalhador

- (A) for acometido de uma doença crônica ou apresentar sequela de acidente, consolidada.
- (B) possuir limitações clínicas para o desempenho da função para a qual foi admitido.
- (C) apresentar limitações clínicas que gerem incapacidade total, permanente e omni-profissional para o trabalho.
- (D) for acometido por agravamento de doença ou lesão.

**— QUESTÃO 48 —**

A nefropatia grave é doença especificada em lei. A perícia oficial em saúde do servidor, relacionado a essa doença, deve considerar

- (A) o conceito dessa doença como sendo o comprometimento da função renal, em caráter permanente, ocasionado por enfermidade de evolução crônica.
- (B) o aumento das áreas renais, que é uma das alterações observadas nos exames por imagem.
- (C) a manifestação clínica, que inclui o prurido, o soluço e o derrame pleural.
- (D) o aumento da creatinina e da filtração glomerular, que são alterações detectadas nos exames bioquímicos.

**— QUESTÃO 49 —**

O ombro é uma das estruturas mais complexas do aparelho locomotor, o que se traduz na diversidade de síndromes resultantes de seu comprometimento, muitas delas relacionadas ao trabalho. Com relação às lesões dessa estrutura, sabe-se que:

- (A) a capsulite adesiva caracteriza-se por dor e por graus variados de limitação de movimentos, principalmente da rotação externa e abdução do ombro.
- (B) a tendinite calcificante também é denominada de ombro “congelado”.
- (C) a síndrome do manguito rotatório ou síndrome do impacto independe da exposição a movimentos repetitivos e abdução de braço, porém está associada ao uso de força em membro superior, por tempo prolongado, e elevação de cotovelo.
- (D) o processo inflamatório na bursite, ao atingir estruturas ósseas, pode originar uma complicação patognomônica: a capsulite adesiva.

**— QUESTÃO 50 —**

Qual é a doença grave amparada, ao mesmo tempo, pelas 3 (três) leis, listadas a seguir: Lei n. 8.112/1990 (Regime Jurídico Único), Lei n. 8.213/1991 (Previdência Social) e Lei n. 11.052/2004 (Imposto de Renda)?

- (A) Hepatopatia grave.
- (B) Paralisia irreversível e incapacitante.
- (C) Esclerose múltipla.
- (D) Doenças decorrentes de contaminação por radiação.